

# **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM DESAFIO PARA A MICRO E PEQUENA EMPRESA**

**Marcelo Sá**  
marcelon8@gmail.com  
UFSC

**Eder Borba Goncalves**  
eder.bg@gmail.com  
UFSC

**Kamila Bittarello**  
kamilapb@gmail.com  
UFSC

**Édis Mafra Lapolli, Dra**  
edismafra@gmail.com  
UFSC

**Resumo:** Ao longo da história das civilizações demonstrou-se uma preocupação acentuada com o fator econômico do desenvolvimento, e só mais recentemente iniciaram-se manifestações de preocupação com seus aspectos sociais e ambientais. A presente pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo teórico de responsabilidade socioambiental nas micro e pequenas empresas (MPE). Diante do entendimento de que as empresas são instituições sociais e, independentemente de seu porte ou atividade, atuam na realização das demandas da sociedade, o presente artigo tem o propósito de abordar a responsabilidade socioambiental nas micro e pequenas empresas – MPE e ainda, examinar o conceito de sustentabilidade e os princípios de uma gestão responsável, que constituem o caminho para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo exploratório de caráter descritivo e qualitativo em artigos científicos de bases de dados, eventos, revistas e jornais. Como resultado foi possível destacar que o papel das empresas vai além da produção de bens e prestação de serviços, devendo pautar-se também na preocupação com aspectos sociais e ambientais, relacionados aos diversos públicos com os quais interage. Foi possível constatar o baixo volume de pesquisas publicadas sobre responsabilidade socioambiental no âmbito de atuação das MPE. O presente estudo recomenda a ênfase em pesquisas no tema responsabilidade socioambiental, balizada por princípios norteadores da sustentabilidade aplicáveis a MPE, ampliando a base de conhecimentos para além de grandes empresas.

**Palavras Chave:** Sustentabilidade - Responsab Socioambi - Micro e Pequena Empr - MPE -

## 1. INTRODUÇÃO

A história das civilizações aponta uma preocupação tradicional com o fator econômico. Recentemente, após a Segunda Guerra Mundial tiveram início manifestações de preocupação com questões sociais, ambientais e o futuro das organizações no mundo. No Brasil o discurso sobre as questões sociais, cresceu a partir da reforma do Estado no final dos anos 80, descentralizando ao mercado a responsabilidade pelo crescimento econômico e atendimento às necessidades sociais (ESTIGARA, 2009).

O processo econômico decorrente da globalização, as transformações políticas e sociais mundiais, a inovação tecnológica e científica, e os impactos das mudanças climáticas, têm ressaltado a necessidade de revisão dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo e dos modelos econômicos adotados pelos países desenvolvidos e economias emergentes, como é o caso do Brasil.

Este cenário tem conduzido números debates sobre o papel dos indivíduos, das empresas e instituições na promoção de práticas e atitudes que conduzam ao desenvolvimento sustentável. No âmbito das instituições (públicas, privadas ou do terceiro setor) o conceito utilizado é o de responsabilidade social ou responsabilidade socioambiental, visando identificar e estruturar ações para atender as demandas da sociedade (TAVARES, 2012).

O movimento da responsabilidade socioambiental é um movimento mundial. Trata-se de um processo contínuo e progressivo do desenvolvimento de competências cidadãs, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos em interação na sociedade: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente, conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (BRASIL, 2009).

As questões relacionadas a responsabilidade socioambiental são globais e, dependendo do contexto, sua compreensão por parte das empresas e demais instituições pode acontecer de formas diferentes, levando-se em consideração os impactos e influências dos desafios econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados, e dos padrões internacionais e nacionais adotados como referência para o desenvolvimento nos diferentes países (BRASIL, 2009).

Empresas que investem em práticas de responsabilidade socioambiental elevam os níveis de desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente e respeito aos direitos humanos, os quais se traduzem em uma gestão responsável. A empresa responsável possui em sua base valores que geram uma cultura de cooperação interna e externa, conciliando os interesses de diversos agentes em um enfoque global de qualidade e viabilidade. De forma geral, uma empresa sustentável possui uma visão sistêmica de sua atuação, analisando as necessidades do cliente externo e interno, estando atenta aos efeitos que ela gera no curto, médio e longo prazo em relação às suas ações, produtos e processos.

Percebe-se que no mundo dos negócios e na sociedade, ações de responsabilidade socioambiental são iniciativas relativamente complexas, que envolvem médias e grandes empresas. Estas ações tornam-se efetivas quando envolvem programas institucionais com a utilização de recursos financeiros. Micro e Pequenas Empresas, apesar de não possuírem estruturas e recursos, tendem a atuar em estreita relação com as comunidades onde estão inseridas de maneira informal, e acabam se tornando importantes agentes para a solução de problemas sociais e ambientais.



No mundo acadêmico, também se verifica o aumento e ênfase de pesquisas sobre responsabilidade socioambiental cujo foco são as grandes empresas. Fitzgerald et al. (2010) realizaram pesquisa sobre a atuação de pequenas empresas familiares nos EUA em ações de responsabilidade socioambiental e destacaram a necessidade de mais estudos que ampliem a base de conhecimentos sobre o tema, evidenciando a importância das pequenas empresas familiares e microempresas à sustentabilidade em todo o mundo.

O objetivo desta pesquisa é apresentar um estudo teórico sobre responsabilidade socioambiental na micro e pequena empresa (MPE). Independentemente das variações dos termos encontrados nas diferentes fontes bibliográficas, para este trabalho adotaremos o termo ‘responsabilidade socioambiental’, salvo especificidades estabelecidas por alguns autores.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Sustentabilidade

Conceitos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são comumente confundidos, no entanto são diferentes. Sustentabilidade refere-se a qualidade dos processos produtivos, busca os resultados econômico, ambiental e social, “*triple bottom line (TBL)*” expressão com origem no conceito preconizado por Elkington (1999). E, o desenvolvimento sustentável, por sua vez, “é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

A expressão “desenvolvimento sustentável” é utilizada em todo o mundo na atualidade. Foi empregada pela primeira vez no documento intitulado *World Conservation Strategy* em 1980, sendo que sua formalização, ocorreu sete anos depois, no relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (VAN BELLEN, 2008; AFONSO, 2010).

A palavra sustentabilidade remete a ideia de continuidade, sobrevivência ou prosperidade e está relacionada com o futuro. Conforme Fialho et al. (2007, p. 149): “Sustentabilidade implica a noção de perenidade, algo que não se esgota, a concepção de que aquilo que atualmente existe possa garantir-se no futuro.” E, a expressão ‘sustentável’ esta associada “ao novo paradigma técnico-científico do desenvolvimento, e expressa a ideia daquilo que tem continuidade ao longo do tempo” (FIALHO Et al. 2007, p. 149)

Historicamente, sempre houve preocupação maior com o fator econômico do que às questões ambientais, porém, após a Segunda Guerra Mundial estas preocupações se ampliaram partindo do reconhecimento da importância da preservação do meio ambiente e seu futuro ao longo prazo. Na últimas décadas, reacendem-se discussões neste sentido, fenômeno provocado talvez pelo advento das TIC e a globalização, que permitem mostrar a realidade em qualquer parte do mundo quase que instantaneamente ao acontecimento dos fatos. Na atualidade os problemas não são restritos a um lugar específico, passam a ser percebidos como de responsabilidade de todos.

A preocupação com as questões econômicas sempre estará em pauta, todavia, deve-se perseguir a sustentabilidade econômica, e que não poder acontecer a qualquer custo, seja com degradação ambiental ou com desigualdade social.



O termo sustentabilidade tem sido tema de debates no meio acadêmico e empresarial, é utilizado nas mais diversas formas e associado a um número ainda mais diverso de substantivos, se tornou jargão obrigatório em toda e qualquer iniciativa relacionada ao desenvolvimento.

“Embora introduzida no debate por questões ambientais, a sustentabilidade tem tantas facetas quanto o próprio desenvolvimento” (SACHS, 1997, p. 215). O autor sugere que em função de tantos adjetivos dados a sustentabilidade nos últimos 50 anos, mais recentemente relacionando-a também à questão humanitária ou social, melhor seria a denominação “desenvolvimento integral” (SACHS, 1997, p. 216, 228).

Integral é uma maneira sintética de referir-se a todos os atributos do desenvolvimento, indicando ao mesmo tempo, que todas as dimensões pertinentes são apreciadas em suas inter-relações, de forma que o modelo conceitual seja *completo e holístico*. (SACHS, 1997, p. 216. Grifo do autor).

Existe esperança que seja possível conciliar desenvolvimento com sustentabilidade argumentam Hart e Milstein (2004, p. 65): “a sustentabilidade não é irreconciliável com o crescimento econômico, mas que, ao contrário, pode ser importante fonte de vantagem competitiva e de geração de valor para acionistas e comunidade em geral”.

Nesta pesquisa, procura-se tratar do tema sustentabilidade, considerando os elementos essenciais para o seu desenvolvimento e integralidade, quais sejam: econômico, ambiental e social. Tais dimensões englobam aspectos de responsabilidade socioambiental, bem como apresentam os fundamentos para a discussão da sustentabilidade da MPE.

As MPE fazem parte do contexto econômico global, para manterem-se no mercado devem implementar processos de sustentabilidade organizacional. Conforme Fialho et al. (2007, p. 158; 2008, p. 131) apresentar sustentabilidade organizacional “é gerir atividades de um empreendimento de forma sustentável”. Esse objetivo, assim como outras atividades e programas de uma organização, deve atender às expectativas dos interessados, sejam acionistas e funcionários, a sociedade e o mercado como um todo e também levar a um diferencial na competitividade.

Edvinsson (2002, apud CIASULLO; TROISI, 2013, p. 44-45) considera que a “sustentabilidade organizacional decorre da capacidade da empresa criar valor sustentável e de seu capital intelectual: humano, estrutural e relacional, que inclui a confiança, lealdade, honestidade e satisfatório relacionamento com os *stakeholders*<sup>1</sup>”. Esta consideração é reforçada e ampliada por Subramaniam e Youndt (2005 apud CIASULLO; TROISI, 2013, p. 45) onde afirmam que “a divisão conceitual do capital intelectual esclarece as fontes das quais o valor sustentável é gerado em termos de: indivíduos, estruturas organizacionais, processos e sistemas, relacionamento e redes”, o que favorece a ampliação do conhecimento, do relacionamento e da valorização das questões sociais.

Na esteira da sustentabilidade observa-se cada vez mais a valorização da governança corporativa, associada aos aspectos básicos da responsabilidade socioambiental. Tais aspectos estão alterando o dia-a-dia das empresas e o grande diferencial não está ligado somente à qualidade e custo, mas, na postura ética e comprometimento da empresa com seus acionistas, a comunidade onde atua e com a sociedade como um todo.

---

<sup>1</sup> *Stakeholders*: partes interessadas: empregados, clientes, fornecedores, parceiros.

## 2.2. A Responsabilidade Socioambiental

A relação entre desenvolvimento econômico, atividades produtivas e esgotamento de recursos fez surgir em nível mundial uma série de tratados, convenções e normas, com o objetivo de incorporar o desenvolvimento sustentável nas ações humanas. As primeiras iniciativas para melhorar as relações das empresas com o “ambiente” foram as normas ambientais. Diante da necessidade de melhorar a imagem da organização, posteriormente, perante seus parceiros (empregados, consumidores, fornecedores e sociedade) e ganhar competitividade, foram implantadas ações baseadas nas normas de responsabilidade social.

O termo responsabilidade socioambiental é o foco desse estudo, mas existem outros termos associados e com o mesmo sentido ou com algumas diferenças. Para melhor entendimento, apresentam-se conceitos iniciais de diferentes autores.

A responsabilidade social pode ser entendida como uma forma de gestão que persegue a sustentabilidade organizacional para que as empresas colaborem com o desenvolvimento sustentável. Ainda pode ser caracterizada por atitudes e atividades baseadas em valores éticos e morais, para minimizar os impactos negativos que as organizações causam ao ambiente (CABESTRE et al., 2008).

O entendimento da relação complexa que existe entre as empresas e a sociedade, incluindo comunidades, empregados, governos, clientes, fornecedores, também se refere ao estudo da responsabilidade social de empresas. (OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Para Ashley (2002, p. 6), a responsabilidade social é conceituada como:

o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

A adoção da responsabilidade social aponta para um modelo de desenvolvimento mais harmônico e à redução dos problemas ecológicos e sociais que afetam o desenvolvimento da economia. Estas condições proporcionam ganhos de imagem, capacidade de adaptação e mudanças às empresas por meio do gerenciamento de riscos na relação com os *stakeholders*.

Para Winter (1992), todo empresário interessado em garantir a rentabilidade e a viabilidade em longo prazo à sua empresa, necessita refletir sobre uma gestão orientada para o ambiente interno e externo de sua organização. Uma gestão socialmente responsável, segundo o Instituto Ethos,

se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO, 2012, p. 1).

Nessa perspectiva, a empresa socialmente responsável é aquela que pratica uma gestão pautada na relação ética com seus funcionários, distribuidores, fornecedores, consumidores. O diálogo com as partes interessadas viabiliza a correta atuação e mudança nas políticas e decisões empresariais.

A responsabilidade socioambiental refere-se ao posicionamento adotado pela organização diante do ambiente em que está inserida. Com essas mudanças as empresas



ganham confiança e reputação, aspectos de grande importância para diferenciação num mercado cada vez mais competitivo.

Adotar uma perspectiva ambiental implica numa visão e abordagem integrada entre negócios, ambiente, natureza e sociedade. Integrada com outras estratégias de gestão. A implementação de um sistema de gestão ambiental contribui para identificar as oportunidades de melhorias, que reduzam os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. Para Mello Neto e Fróes (2001, p. 150) uma empresa socialmente responsável no campo da preservação ambiental destaca-se:

pela sua excelência em política e gestão ambiental, pela sua atuação como agente de fomento do desenvolvimento sustentável local e regional, e de preservação da saúde, da segurança e da qualidade de vida de seus empregados e da comunidade situada ao redor, e pela inserção da questão ambiental como valor de sua gestão e como compromisso, sob a forma de missão e visão do seu desempenho empresarial.

Além do desempenho empresarial, as organizações privadas têm se preocupado em mostrar responsabilidade pelo contexto social e ambiental na realização de suas atividades, mantendo um bom relacionamento com os seus *stakeholders* (GOLDSTEIN, 2007, p. 7).

Conforme já mencionado as empresas vem desenvolvendo programas de responsabilidade social segundo a abordagem do “*triple bottom line*” (ELKINGTON, 1999), cujo conceito se refere a um conjunto de indicadores utilizado para a avaliação do desempenho econômico e de suas ações de responsabilidade social e ambiental. Trata-se de um processo que deve incorporar ações que promovam a preservação e a qualidade de vida para a sociedade, portanto, tem foco nos pontos de vista ético, social e ambiental.

Estigara (2009, p.14) afirma que existe uma série de vantagens proporcionadas por uma atuação empresarial alinhada à responsabilidade social no âmbito de atuação das empresas, tais como:

redução da carga tributária; forma alternativa de recolhimento de alguns tributos; criação de uma política permanente para a empresa; Incremento do marketing social; redução de custos operacionais e melhoria dos indicadores de produtividade e qualidade; lealdade dos clientes; melhoria da imagem da empresa; divulgação do balanço social e dos Indicadores de responsabilidade social; obtenção de certificados e selos e preferência nas licitações e contratações com o poder público.

Diante do cenário atual, onde a cada dia é necessário fazer mais para manutenção dos clientes e para conquistar o mercado consumidor, a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental traz resultados positivos para as empresas, associada as responsabilidades econômica e social, constitui a base do desenvolvimento sustentável, de acordo com os paradigmas de produção e consumo de uma sociedade que se transforma.

### 2.3. Responsabilidade Socioambiental na Micro e Pequena Empresa

As empresas, nas suas mais diversas formas e dimensões têm sido veículos de importantes transformações no mundo contemporâneo, vêm contribuindo significativamente para redução das desigualdades sociais e econômicas em todo o planeta.

No processo de desenvolvimento social e sustentável as MPE em todo o mundo desempenham um papel fundamental, não só por sua capacidade de criar postos de trabalho e



gerar renda, mas porque aportam conhecimento, oportunidades e dinamismo aos territórios em que atuam. As atuais demandas por produtos e serviços que incorporam valores intangíveis impõem às organizações empresariais em especial as MPE, assumirem compromissos relacionados à responsabilidade socioambiental.

As MPE enquanto grandes geradoras de emprego e renda possuem um portfólio diversificado de produtos e serviços, além de estarem inseridas em diversos e importantes contextos sociais da sociedade brasileira.

No período 2000-2011, as MPE suplantaram a barreira dos 6 milhões de estabelecimentos. Nesse período, o crescimento médio do número de MPE foi de 3,7% ao ano. Em 2000, havia 4,2 milhões de estabelecimentos, enquanto em 2011 um total de 6,3 milhões de estabelecimentos em atividade. Portanto, no período houve a criação de aproximadamente 2,1 milhões de novas MPE (SEBRAE, 2012).

Entre 2000 e 2011, as MPE criaram sete milhões de empregos com carteira assinada, elevando o total de empregos no segmento de 8,6 milhões em 2000, para 15,6 milhões em 2011. No período, o crescimento médio do número de empregados nas MPE foi de 5,5% ao ano. O bom desempenho das MPE no período analisado confirmou a sua importância para a economia. Em 2011, as MPE representavam 99% dos estabelecimentos em atividade, 51,6% dos empregos privados não agrícolas formais no país e quase 40% da massa de salários. Entre 2000 e 2011, de cada 100 reais pagos aos trabalhadores no setor privado não agrícola, cerca de 40 reais, em média, foram pagos pelas MPE (SEBRAE, 2012).

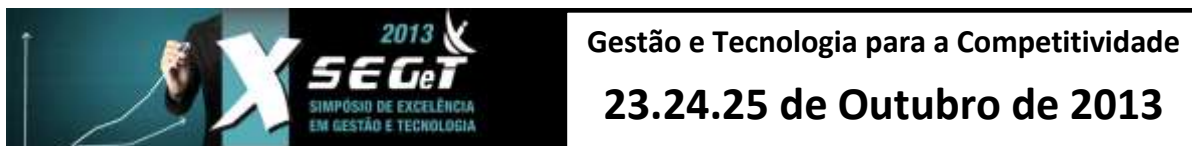
Os números destacam a importância das MPE para a sociedade e a economia do país, especialmente se considerarmos as especificidades e diferentes contextos de atuação destas organizações e as contribuições decorrentes. Muitas delas estão localizadas em regiões e localidades deprimidas social e economicamente, e elas geram empregos, renda e melhorias sociais.

Apesar do destaque das MPE no cenário socioeconômico, pesquisas demonstram o desconhecimento do tema responsabilidade socioambiental por parte dos empresários deste segmento. Eles têm a visão de que sua atuação na melhoria de problemas sociais e ambientais é pontual, geralmente encarada como filantropia.

A ideia acima é ratificada pela pesquisa realizada por Khalil (2007) com 126 gestores de microempresas em dez municípios da região Baixada Litorânea no Estado do Rio de Janeiro, na qual identificou o comportamento dos mesmos com relação à responsabilidade social. Segundo o pesquisador, os empresários consideravam a prática de ações de responsabilidade socioambiental inerentes somente as grandes empresas e classificaram suas poucas ações nessa área como uma prática filantrópica ou de humanidade, tanto com seus empregados como com a sociedade.

Benito Hernández e Esteban Sánchez (2012) realizaram um estudo sobre responsabilidade social em microempresas na Europa, e demonstraram que além de tornar a organização mais forte e competitiva no mercado, ajuda a fortalecer laços com a comunidade e outros atores. Pelo seu maior grau de relacionamento com a comunidade local, a microempresa apresenta mais facilidade em identificar as necessidades e demandas de parceiros e problemas sociais locais. Entre outras vantagens apontadas, o estudo sustenta que o estabelecimento de redes de cooperação de microempresas contribui para melhora do capital estrutural e relacional das organizações envolvidas.

No âmbito das MPE, a organização e atuação em rede possibilita a troca de experiências e conhecimentos, proporciona melhor estrutura para a realização de práticas de



responsabilidade social e ambiental. Também a colaboração entre as PME e as instituições locais, nacionais, públicas e privadas (SPENCE; SCHMIDPETER, 2003; LEPOUTRE, 2006; ORSKOV, 2006; MAASS, 2006 apud CIASULLO; TROISI, 2013) é essencial para as estratégias e políticas de sustentabilidade de sucesso.

A sociedade e consumidores mais exigentes, alinhados a novos valores sociais e ambientais, também começam a cobrar iniciativas neste sentido das empresas e exercem seu poder por meio do consumo consciente, provocando mudanças nas formas de produção e nos produtos e serviços das organizações empresariais.

Karkotli, Schenini e Oliveira (2006) afirmam que a sociedade está impelindo as MPE a assumirem compromissos que vão além daqueles definidos pela ordem econômica, onde a minimização de custos e a primazia do lucro são os adjetivos únicos. As organizações, independente de seu porte, devem promover o bem estar da sociedade como um todo, transcendendo os modelos tradicionais de gestão e incorporando em suas metas, além da produtividade e lucro, aspectos sociais, éticos e ambientais.

As MPE são um dos principais agentes do novo contexto econômico, e a prática da responsabilidade socioambiental nestas empresas tem muito a contribuir para a redução das desigualdades sociais, da pobreza, o aumento do nível educacional, a promoção de melhores condições de vida e de oportunidades para os cidadãos.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa tem um caráter de estudo exploratório, uma vez que procura abordar as teorias a respeito da prática de responsabilidade socioambiental nas MPE, fundamentando-se em dados de fontes secundárias e trabalhos científicos.

Este trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica em artigos científicos de eventos, revistas, *journals* e bases de dados. A pesquisa foi realizada na base de dados Scopus, por ser uma das maiores base de resumos e referências bibliográficas de literatura científica revisada por pares. Essa base permite uma visão multidisciplinar da ciência e integra fontes relevantes para a pesquisa básica e aplicada. Por meio das fontes consultadas foram identificadas lacunas de conhecimento e apontar futuros estudos.

A pesquisa se caracteriza como descritiva e qualitativa. Descritiva, pois tem como objetivo principal de descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 1999). É qualitativa uma vez que considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave, e tem maior preocupação na interpretação do fenômeno e a análise dos dados deve ser realizada de forma intuitiva pelo pesquisador (GODOY, 1995).

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A democratização, ascensão socioeconômica da população e a facilidade do acesso à informação, têm produzido profundas e contínuas mudanças no perfil do consumidor, que atento aos aspectos relacionados a sustentabilidade e justiça social, procura tornar-se agente ativo na melhoria dos processos de produção das empresas. Essas mudanças não têm reflexos





apenas nas grandes corporações, pois a sociedade tem exigido também uma postura diferenciada e mais comprometida com aspectos sociais e ambientais por parte dos empresários de MPE.

A sociedade está impelindo as empresas de todos os setores a assumirem novos compromissos que ultrapassam os seus objetivos econômicos. As organizações, independente de seu porte, devem buscar a promoção do bem estar social, inovando na sua gestão e incorporando suas metas econômicas, aspectos sociais, éticos e ambientais. Estratégias sociais e ambientais proativas melhoram a reputação e imagem corporativa e as relações com clientes, investidores, comunidades locais e outras partes interessadas.

A incorporação dos conceitos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental pelas empresas requer a adequação de processos empresariais e isto implica em estabelecer limites. Os resultados auferidos pelas empresas podem ser financeiros, mas observa-se que cresce a importância dos aspectos sociais e ambientais na avaliação dos *stakeholders*.

Na pesquisa bibliográfica realizada, foi possível perceber a disponibilidade de artigos e outras publicações com foco em aspectos de responsabilidade socioambiental de médias e grandes empresas. Verificou-se também um reduzido número de trabalhos que tratem de responsabilidade socioambiental de MPE. No intuito de avaliar a produção científica atual referente ao tema, foi feita busca sistemática na base de dados Scopus, onde não foram encontrados artigos que tratem de responsabilidade socioambiental e MPE, simultaneamente.

Nos Estados Unidos da América, Fitzgerald et al. (2010) foi realizada uma pesquisa sobre a atuação de pequenas empresas familiares relacionadas à responsabilidade socioambiental, e ficou destacada a necessidade de mais estudos que ampliem a base de conhecimentos sobre o tema ante a evidente importância dos benefícios sociais e econômicos das micro e pequenas empresas em todo o mundo.

No mundo dos negócios está presente a ideia de que, ações de responsabilidade socioambiental são iniciativas relativamente complexas, que envolvem programas institucionais e utilização de consideráveis recursos financeiros, portanto, sempre associadas a médias e grandes empresas. As MPE, apesar de não possuírem tais estruturas e recursos, tendem a atuar em estreita relação com as comunidades onde estão inseridas, e mesmo que de maneira informal são agentes importantes na solução de problemas sociais e ambientais.

Muitas ações sociais são praticadas pelas MPE de maneira descontínua e não sistemáticas, caracterizando mais como uma ação de filantropia do que de responsabilidade social. O próprio empresário frequentemente não faz distinção entre uma coisa e outra. Além disso, notadamente as MPE têm a necessidade de dedicarem-se mais a sobrevivência e atividades comerciais, ou seja, à venda de produtos e serviços que lhe garantam recursos para sobreviverem.

É notório o aumento da importância da responsabilidade social para as organizações empresariais na atualidade. Considerando-se que as MPE possuem uma maior proximidade com a população, torna-se importante a capacitação e conscientização do empreendedor a respeito da relevância de ações de responsabilidade socioambiental. As MPE precisam planejar e executar ações efetivas na busca da satisfação de seus colaboradores, bem como dos interesses da comunidade e que visem preservar o meio ambiente.

Por sua vez as instituições de apoio as MPE e a pesquisa acadêmica devem buscar intensificar as investigações científicas visando estabelecer constructos relacionados ao tema, e oferecer subsídios e incentivos, para que estas organizações sejam mais competitivas por meio de ações de responsabilidade socioambiental.



Percebe-se assim a existência de uma lacuna de conhecimento na literatura que sugere a realização de estudos aprofundados a fim de analisar as especificidades estruturais e organizacionais das micro e pequenas empresas. Paralelo a isso, buscar prepará-los melhor para a consolidação da prática da responsabilidade socioambiental, ampliar o relacionamento entre as MPE e a comunidade, bem como contribuir para redução das dificuldades de seus proprietários e gestores, e também obter melhores resultados econômicos e sociais.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Rita de Cássia M. **Diretrizes para a Prática em Responsabilidade Socioambiental**. Rio de Janeiro: SERPRORJ, 2010.
- ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Ética e responsabilidade nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BENITO HERNÁNDEZ, S., & ESTEBAN SÁNCHEZ, P. La influencia de las políticas de responsabilidad social y la pertenencia a redes de cooperación en el capital relacional y estructural de las microempresas. **Investigaciones Europeas de Direccion y Economia de La Empresa**, 2012, v. 18, n. 2, p. 166-176.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- CABESTRÉ, Sonia A.; GRAZIADE, Tânia M.; POLESEL FILHO, P. **Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental** – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.
- CIASULLO, M. V.; TROISI, O. **Sustainable value creation in SMEs: A case study**. TQM Journal, 2013, v. 25, n. 1, p. 44-61.
- ELKINGTON, Jonh. **Petroleum in the 21st century: the triple bottom line: implications for oil industry**. Oil & Gas, v. 97, n. 50, dez. 1999.
- ESTIGARA, Adriana. **Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FIALHO, Francisco A. P. et al. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- FITZGERALD, M. A.; HAYNES G. W.; SCHRANK, H. L.; DANES, S. M. **Socially Responsible Processes of Small Family Business Owners: Exploratory Evidence from the National Family Business Survey**. Journal of Small Business Management, 2010, v. 48, n. 4, p. 524-551. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=92409bcd-3ab8-4b0c-8098-e30d49e8be2a%40sessionmgr198&vid=2&hid=123>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- GIL, Antônio, C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995, v. 35, n. 3.
- GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.
- HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. **Criando valor sustentável**. New York: Academy of Management, 2004, v. 3, n. 2.
- INSTITUTO Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **O que é RSE**. São Paulo: Ethos, [2012?]. Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o\\_que\\_e\\_rse/o\\_que\\_e\\_rse.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx)>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- KARKOTLI, G. R.; SCHENINI, P. C.; OLIVEIRA, F. V. de. Responsabilidade Social: uma estratégia empreendedora para a pequena empresa. In: 1º Seminário sobre Sustentabilidade, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNIFAE, 2006.



KHALIL, R. O.; RODRIGUEZ, M. V. R. **Responsabilidade Social nas Microempresas:** Estudo de Caso de Microempresas da Baixada Litorânea e Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Boletim Técnico Organização & Estratégia, 2007, v. 3, n. 2, p. 178-189. Disponível em: <[http://www.latec.uff.br/bt/V2007/numero2/PDF/BT063\\_2006.pdf](http://www.latec.uff.br/bt/V2007/numero2/PDF/BT063_2006.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

LOCATELLI, ODETE C. **Gestão em educação ambiental e a formação de professores:** interdisciplinaridade e sustentabilidade. Florianópolis: UFSC, 2009.

MELLO NETO, Francisco P. de Melo; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa:** o caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante:** um desafio impossível?. São Paulo: Estudos Avançados, 1997, v. 11, n. 30, p. 213-242.

SCHIEFFER, A.; LESSEM, R. **Beyond social and private Enterprise:** Towards the integrated enterprise. Transition Studies Review, 2009, v. 15, n. 4, p. 713-725.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.). DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa:** 2012. 5. ed. Brasília: DIEESE, 2012.

TAVARES, Edson D. **Responsabilidade Socioambiental:** 2012 e o Desenvolvimento Sustentável. Aracaju: AESE, 2012. Disponível em: <<http://www.aease.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

VAN BELLEN, H.M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WINTER, Georg. **Gestão e ambiente:** modelo prático de integração empresarial. Lisboa: Texto, 1992.